

Em encontro marcado para a ilha do Sal em Setembro

# Televisões dos países lusófonos vão concertar co-financiamento

Carlos Albino

*Diário de Notícias* 15/7/91

Trata-se do terceiro encontro das televisões dos países de língua portuguesa. Nos tempos que correm, quer para os luso-africanos quer para os luso-europeus (reduzidos ainda à expressão da RTP) e com a excepção do Brasil (onde o critério de mercado tem colorido os ecrãs), é uma oportunidade para negociar a sério.

É possível que o terceiro encontro das TV dos países de língua portuguesa (ilha do Sal, entre 9 e 13 de Setembro) viesse a ser radicalmente diferente se de Lisboa partissem, para além da veterana RTP, mais duas delegações de cada um dos canais cujo concurso público está a correr. Apenas com a RTP, Portugal pouco mais fará do que uma «escala técnica» na ilha cabo-verdiana, embora a televisão de Macau seja aguardada com baga-

gem própria. Outras televisões que vão estar presentes, da área da lusofonia, serão provenientes da África do Sul, dos grandes canais do Brasil e as estações dos PALOP (a de Angola, inequivocamente, desperta todo o interesse).

A criação de um fundo comum destinado ao financiamento de co-produções é um dos pontos mais relevantes da agenda de trabalhos desse terceiro encontro, pelo que é lícito afirmar que a ausência

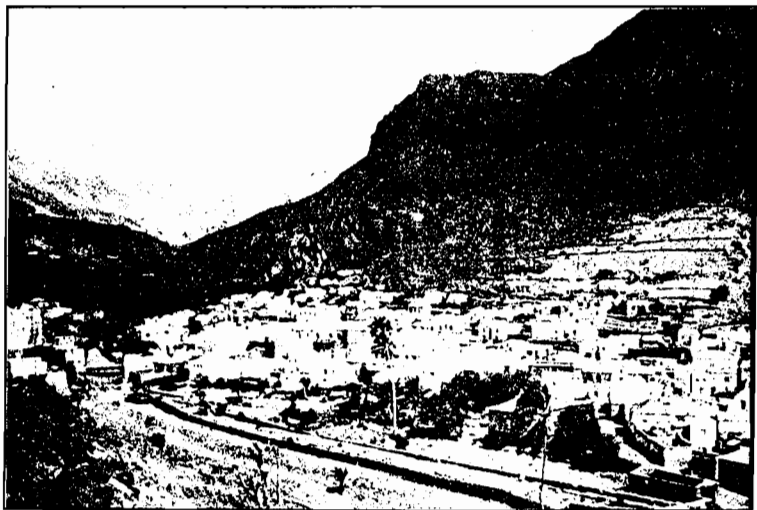
de delegações dos futuros canais portugueses vai certamente prejudicar o alcance de alguns propósitos portugueses que fazem pontaria para o mercado internacional dos audiovisuais.

Saliente-se que a produção de televisão na perspectiva da exportação é algo que constitui praticamente uma novidade no comércio externo de Portugal. Tudo até agora nesse campo se tem resumido à importação do melhor e do pior, mas sobretudo do mais barato (que é quase sempre o mais antigo), e o vício fez lei e formou escola. A perspectiva da produção televisiva para exportação e para ganho de espaços no mercado linguístico lusófono tem estado confinada à história da RTP, mas o panorama vai modificar-se substancialmente nos próxi-

mos anos, até para ficar justificada em pleno a oportuna decisão do Governo de Lisboa sobre a utilização (salva sobre o risco) de satélite nas transmissões para África.

Se as televisões lusófonas chegarem a um acordo quanto à criação do citado fundo comum para o financiamento de co-produções e se Portugal em Bruxelas conseguir «navegar» com vela latina apesar dos ventos contrários que provêm das línguas oficiais da Comunidade que representam os maiores mercados, e que por isso se julgam no direito de acesso automático às maiores cotas de financiamento da CEE para as produções audiovisuais, então alguns critérios domésticos deverão ser re-  
visitos.

É aceitável afirmar-se que Portugal ainda desconhece as hipóteses que tem para a colocação dos seus futuros produtos de televisão, a ter-se como certo que vão chegar tempos de antena com «histórias próprias» e preenchidos exclusivamente em função dos compromissos decorrentes do mercado e da qualidade. Desconhece, por exemplo, se os Estados mediterrânicos do Norte de África desejarão «dobrar» produções portuguesas, a ficar provado que os espíritos de cruzada e contracruzada estão reciprocamente abolidos em palavras e obras. Designadamente no caso de Marrocos, para onde hoje mesmo parte uma delegação de Lisboa representando 31 empresas (o ministro do Comércio chefia a delegação, cuja visita termina na quinta-feira). Para o encontro da ilha do Sal, em Setembro, seria útil que as empresas dos futuros canais de TV se fizessem desde já considerar.



Cabo Verde: televisões lusófonas vão debater fundo comum para financiamento de co-produções